

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

AVISO Nº ALT20-03-2017-27 – 3ª ALTERAÇÃO

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

4.c - APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS E NO SETOR DA HABITAÇÃO

DATA DE ABERTURA: 15 DE novembro 2017

DATA DE FECHO: 31 DE maio 2019

DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Preâmbulo

Visando o ajustamento da programação à procura e ao contexto do setor, bem como equiparar os mecanismos de financiamento aos sistemas de outros Estados Membros, em julho de 2017 foi apresentada uma proposta de modificação da Prioridade de Investimento (PI) 4.3 nos Programas Operacionais SEUR, Regionais do Continente, dos Açores e da Madeira, no que respeita às intervenções nos projetos de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Pública central, regional e local.

As alterações aos programas operacionais neste domínio, no que se refere à Administração Pública central, regional e local, passam, pela revisão das seguintes condições de elegibilidade e das possibilidades de formas de apoio:

- a) Eliminação do requisito de subida de dois níveis na classe energética, sendo o mesmo substituído pelo objetivo de redução de 30% no consumo de energia primária no investimento candidatado;
- b) Eliminação da exigência da geração de benefícios líquidos positivos;
- c) Alteração das formas de apoios, passando a prever os subsídios não reembolsáveis, para além de subsídios reembolsáveis.

Este Aviso de Abertura de Concurso foi elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, tendo como enquadramento um pedido de modificação submetido à Comissão Europeia pelo PO Alentejo, nos termos do artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, tendo em vista a introdução das referidas condições de elegibilidade e das possibilidade de forma de apoio reembolsável e não reembolsável a contemplar no presente concurso.

1. Âmbito e Objetivos

O Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo prevê, no seu Eixo Prioritário 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, o objetivo de apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 4.c – “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação”.

No âmbito desta PI destaca-se o Objetivo Específico 1 – “Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos”, objeto do presente Aviso.

O presente Aviso visa o apoio a projetos que contemplem a implementação de medidas de eficiência energética nas infraestruturas e equipamentos existentes da Administração Local, com recurso a apoio de subvenção reembolsável e subvenção não reembolsável, esta última, obrigatória para as auditorias e estudos.

Neste sentido, a Comissão Diretiva do PO Regional do Alentejo entendeu proceder à abertura do presente Aviso, e agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020.

A listagem de operações indicada no Quadro de Investimentos do Anexo 3 do contrato do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial não é de natureza vinculativa, podendo ser apresentadas candidaturas de outras operações desde que tal alteração seja objeto de apreciação favorável por parte da Comunidade Intermunicipal/ Área Metropolitana e respeite o limite da dotação contratualizada na Prioridade de Investimento 4.3.

2. Período para Receção de Candidaturas

A receção de candidaturas decorrerá em fases, cada uma com **uma dotação máxima indicativa de FEDER de 34.251.560,20€ de euros**, nos períodos seguintes:

- 1.ª Fase: de 15 de novembro de 2017 às 18:00h do dia 31 dezembro de 2017;
- 2.ª Fase: de 1 de janeiro de 2018 às 18:00h do dia 28 de fevereiro de 2018
- 3.ª Fase: de 1 de março de 2018 às 18:00h do dia 30 de abril de 2018;
- 4.ª Fase: de 1 maio de 2018 às 18:00h do dia 30 de junho de 2018;
- 5.ª Fase: de 1 julho de 2018 às 18:00h do dia 31 de agosto de 2018;
- 6.ª Fase: de 1 setembro de 2018 às 18:00h do dia 31 de outubro de 2018;
- 7.ª Fase: de 1 novembro de 2018 às 18:00h do dia 28 de dezembro de 2018
- 8ª Fase: 29 dezembro de 2018 às 18:00h do dia 31 de janeiro 2019;
- 9ª Fase: 1 fevereiro de 2019 às 18:00H do dia 28 fevereiro de 2019;
- 10ª Fase: 1 março de 2019 às 18:00h do dia 31 de março de 2019;
- 11ª Fase: 1 abril de 2019 às 18:00 do dia 30 de abril de 2019;
- 12ª Fase: 1 maio de 2019 às 18:00 do dia 31 maio de 2019.

3. Preparação e submissão das candidaturas

Submissão das candidaturas

a) As candidaturas deverão ser submetidas exclusivamente através do Balcão 2020 através do preenchimento e submissão de formulário próprio, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso;

- b) Para efeitos de apresentação de candidaturas o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020;
- c) O formulário de candidatura deve ser devidamente preenchido pelo beneficiário no Balcão Único do Portugal 2020, devidamente acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 11.2. do presente Aviso, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

4. Processo de Decisão das Candidaturas

O processo de decisão relativo às candidaturas apresentadas em cada uma das fases indicadas no ponto 2 deste Aviso é feito de forma autónoma, por fase, e obedecerá à seguinte tramitação:

4.1. - 1ª Etapa | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões:

- a) Enquadramento nas tipologias de operação previstas no âmbito do Aviso;
- b) Enquadramento do proponente nas tipologias de beneficiários previstos no Aviso;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;
- d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- e) Verificação de que se trata de uma Operação não concluída (nº 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) nº 1303/2013);
- f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do nº 3 do artigo 125º do Regulamento (UE) nº 1303/2013);
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;
- h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva, respetiva completude e Análise Custo Benefício ou Estudo de Viabilidade Financeira, quando aplicável.

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso, do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso analisadas nesta primeira etapa, a entidade proponente será notificada da proposta de não admissão, por falta de enquadramento no Aviso, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira etapa, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não admissão da candidatura.

4.2. - 2ª Etapa | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações e Apuramento do Mérito da candidatura:

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo, nos termos definidos no ponto 13.

Évora, 22 de janeiro de 2019

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Alentejo

Roberto Pereira Grilo